
AS ORIGENS DA PEQUENA EMPRESA NO BRASIL¹

José Henrique Souza

Pontifícia Universidade Católica (PUC-Campinas)

Economista e Doutor pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

E-mail: josehenriquesouza@yahoo.com.br - Brasil

Lindinalva Candida Machado

Pontifícia Universidade Católica (PUC-Campinas)

Graduando em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP)

E-mail: linmachado@yahoo.com.br - Brasil

Cilene Aparecida Silva de Oliveira

Pontifícia Universidade Católica (PUC-Campinas)

Graduando em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP)

E-mail: cicalene@hotmail.com - Brasil

Resumo: As pequenas empresas brasileiras são objetos de inúmeros trabalhos acadêmicos, entretanto, pouco se sabe a respeito de suas origens. A história dessas empresas no Brasil ainda carece de atenção. O pequeno negócio ligado à prestação de serviços ou à atividade agrícola - quer seja na figura do empresário individual ou do produtor familiar, ou representado pelo pequeno pecuarista ou tropeiro - sempre teve uma importância enorme para a sociedade brasileira. Dos pequenos empreendedores do início de nossa história aos microempresários que atuam em centrais de distribuição, quitandas, indústria, transporte, salões, bares e restaurantes, foi construída uma imensa classe de capitalistas responsáveis pelo abastecimento e pela prestação de serviços urbanos. O presente artigo explora as origens das pequenas empresas brasileiras focando a diversidade de suas áreas de atuação.

Abstract: The small Brazilian companies are objects of numerous scholarly works, however, little is known about their origins. The history of these companies in Brazil still needs attention. The small business connected to the provision of services or the agricultural activity - whether the figure of the entrepreneur or individual producer's family, or represented by small cattlers or "tropeiros" - always had a great importance to Brazilian society. Of small entrepreneurs from the beginning of our history to microentrepreneurs who work in distribution centers, grocery, industry, transport, lounges, bars and restaurants, was built a huge class of capitalists responsible for the supply and the provision of urban services. This article explores the origins of small Brazilian companies focusing on the diversity of their areas.

Palavras-chave: Pequenas Empresas; Desenvolvimento econômico; Brasil Colônia.

¹ Colaboraram com esse estudo os estudantes de economia da Puc-Campinas: Bruna M. da Silva, Camila C. Viana, Camila Costa, Edilene Lopes do Rosário, Eric Helbig Liceti, Jefferson Marialva, Laís C. de Sá Bortolozzo, Nicolas G. Nardolillo, Rodolpho M. D. Benati, Tatiane C. Santos e Wellynghton Carlos Matsumoto.

1 – INTRODUÇÃO

Não se sabe ao certo o momento exato em que surgiram as micros e pequenas empresas no Brasil, o que faziam e nem onde se localizaram. As obras de Caio Prado Jr. (1945) e Celso Furtado (1980) apresentam a tese de que somente a grande empresa açucareira seria viável no Brasil do início do século XVI. Dessa forma, uma leitura rápida dessas obras faria supor que as pequenas empresas seriam inviáveis, pelo menos no início do processo colonial. Na verdade, o próprio Caio Prado Jr. demonstra que a pequena propriedade sempre esteve presente no Brasil e que surgiu juntamente com a atividade produtiva colonial. Separar a história do Brasil da história da pequena empresa seria, portanto, um erro.

O objetivo desse trabalho é colher evidências a respeito da presença das pequenas empresas no início do processo de ocupação portuguesa em solo americano. Em outras palavras, estamos estudando as origens dessas empresas para descobrir quem foram os primeiros microempresários brasileiros. Tentaremos entender as atividades que realizavam, em que época surgiram, de onde vieram e em que região estavam localizados.

2 – AS PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL COLONIAL

2.1 – As Pequenas Empresas Ligadas ao Mercado Externo

O “descobrimento” do Brasil trouxe para a Coroa Portuguesa uma grande preocupação. Como evitar que holandeses, franceses e ingleses invadissem as novas terras para reclamar um pedaço do “Novo Mundo”? Portugal - naquele momento - dispunha de uma população que não ultrapassava dois milhões de habitantes, o que era claramente insuficiente para ocupar, colonizar e defender uma área tão vasta. Além do mais, os empresários e a própria coroa portuguesa estavam mais interessados pelo comércio das especiarias, do que em estabelecer negócios em solo brasileiro. Investir no Brasil parecia um desperdício de recursos e um uso não-lucrativo para os poucos navios e empreendedores disponíveis.

Porém, para manter o controle sobre o Brasil, Portugal deveria desenvolver uma estrutura produtiva local. Somente gerando oportunidades lucrativas seria possível atrair e manter povoados em território brasileiro. Com um sistema produtivo, também seria possível cobrar impostos necessários para pagar os custos da defesa do novo território. Afinal, navios, portos e fortes precisariam ser construídos e reparados; soldados deveriam ser

armados e remunerados e, sobretudo, empreendedores precisariam ser atraídos para a nova colônia. Todo esse esforço exigia uma grande quantidade de recursos, de pessoas e de empreendedores. A produção de alimentos, madeira, meios de transporte e os serviços de reparos de embarcações seriam essenciais para manter o povoamento na “Terra de Vera Cruz”.

A descoberta de ouro na América Espanhola aguçou o interesse dos demais povos europeus pelo “Novo Mundo”. A coroa portuguesa passou a procurar desesperadamente formas de ocupar o novo território. O desafio era a ocupação econômica do Brasil, mas tal atividade deveria ser rentável o suficiente para atrair investimentos e suportar os pesados fretes e os gastos de defesa da colônia. Uma alta rentabilidade só seria alcançada em condições vantajosas de produção e preço final. O produto agrícola que melhor atendia a essas exigências era o açúcar.

O açúcar - conhecido na Ásia antes de Cristo - era uma especiaria extremamente valiosa. Artigo de luxo, também utilizado como remédio, era consumido apenas por ricos senhores feudais e comerciantes. O fato de já existirem pequenos empresários lusitanos produzindo açúcar na Ilha da Madeira e equipamentos para engenho no continente, também favoreceu a escolha portuguesa pela cultura da cana-de-açúcar no Brasil.

Em 1516, a “Casa da Índia” - órgão da administração colonial - enviou técnicos em açúcar para avaliar o território brasileiro. Três anos mais tarde já havia indícios de açúcar brasileiro em Antuérpia. Sinais de um grande volume de produção já se manifestavam em 1534, em São Vicente. Foi nessa localidade que surgiram os primeiros engenhos de que se tem notícia no Brasil. Assim, após o descobrimento, as origens da agricultura e da indústria brasileira se encontram em Santos e São Vicente².

Apesar do início glorioso no litoral paulista, a região escolhida para ser a zona produtora foi mais ao norte na chamada “Zona da Mata” - região que compreende a faixa litorânea que vai do atual estado da Bahia até a Paraíba. Essa área contava com condições de cultivo muito melhores do que o sul do Brasil. Seu clima e a fertilidade da terra eram ideais. Além de sua localização privilegiada, dada sua proximidade em relação ao mercado consumidor, também apresentava vantagens por se encontrar próxima aos portos que garantiam o desembarque dos escravos e o escoamento da produção.

Em 1570 já existiam mais de 50 engenhos na Zona da Mata, a maioria em Pernambuco e na Bahia. Caio Prado Jr. aponta que a produção açucareira em pequenas propriedades agrícolas no Brasil era inviável. A opção seria a grande fazenda monocultora e operada pelo trabalho escravo conhecida como “*plantation*”.

A “*plantation*”, ou engenho como era conhecida no Brasil, representava um desafio em termos tecnológicos e de planejamento, elaboração estratégica e capacidade gerencial. Os empresários portugueses precisaram montar um organismo produtivo integrado, caro e complexo. Era algo totalmente novo que deveria contar, inclusive, com torres, armamento, força militar e “casas fortes” (FERLINI, 2002 e ANTONIL, 1711, cap. 1). Além da “fábrica de açúcar” era preciso construir a capela, a escola, a casa dos senhores, as casas dos escravos, a enfermaria e a serraria (para fabricar móveis, embarcações, apetrechos do engenho, peças de reposição do maquinário e o madeiramento das casas).

² Provavelmente o engenho mais antigo que se tem notícia no Brasil é o Engenho da Madre de Deus fundado em 1532 por Pero de Góes no atual morro das Neves, município de Santos (MUNIZ, 1982).

Desse modo, a implantação do sistema agrícola brasileiro do século XVI foi um grande avanço econômico. A agricultura do açúcar, além de gerar renda, emprego e oportunidades de novos negócios, inseriu o Brasil no processo de globalização em curso naquele momento. Assim, a primeira atividade produtiva brasileira organizada e voltada para o mercado foi a indústria do açúcar. Essa atividade perdurou por séculos influenciando a formação da sociedade, do território e da economia.

Com a invasão holandesa a agricultura canavieira nordestina entrou em um longo período de crise. O descobrimento do ouro, elevando os preços dos escravos, ajudou a piorar a situação dos engenhos nordestinos. Segundo PALÁCIOS (2002: 38-39)

Ao longo – e à sombra – dessa crise [...] desenvolveu-se um numeroso segmento de cultivadores pobres e livres, primitivamente agricultores de subsistência provenientes de terras da periferia da região das plantations. [...] Na metade do século existem testemunhos de presença significativa de comunidades de pobres livres cultivadores de tabaco, mandioca e outros alimentos, em áreas relativamente centrais do Nordeste Oriental, supostamente dominadas por plantations.

Muitos agricultores dedicados à produção para subsistência também procuraram entrar em atividades agrícolas produtoras de artigos mercantis. A busca por oportunidades de novos empreendimentos, quer seja voltada para o mercado interno como alimento, por exemplo, quer seja ligada à exportação como o algodão, cana-de-açúcar e tabaco, atraiu inúmeros brasileiros.

Segundo PRADO JR. (1945: 41-42), é preciso distinguir dois setores bem diferentes da produção. O primeiro era o dos produtos de exportação, o outro setor, o das atividades acessórias. Ao contrário da cana-de-açúcar, na qual se encontra a exploração em larga escala, as atividades secundárias apresentam outras formas e tipos de organização. São pequenas unidades nas quais é o próprio proprietário que trabalha. Trata-se, portanto, do pequeno empresário agrícola voltado para o abastecimento das vilas que vão surgindo no litoral brasileiro. Prado Jr. chega a argumentar que esses primeiros pequenos empresários brasileiros seriam formados, sobretudo, por indígenas que passaram a produzir alimentos para trocar por “objetos e mercadorias que tanto prezavam”. Com a mestiçagem, “constituirão o que mais tarde se chamou de ‘caboclos’, e formarão o embrião de uma classe média entre os grandes proprietários e os escravos”.

Desse modo, a economia brasileira colonial não se resumia à produção açucareira e muito menos à grande empresa voltada para a exportação. A variedade de produtos extraídos, cultivados e manufaturados no Brasil colonial era imensa. A produção de alimentos, frutas, flores, especiarias e ervas voltada para o mercado interno teve grande impacto econômico no Brasil colonial e abriu oportunidade para o estabelecimento de uma gama enorme de pequenos negócios. Muitas vezes, para conseguir oportunidades de investimento, os pequenos empresários desafiavam abertamente as proibições impostas pela coroa portuguesa.

Pequenos agricultores pobres no Nordeste brasileiro se dedicaram à produção de fumo para se vincular ao lucrativo comércio mundial de cativos. O perigo da falta de alimentos e de que esses pequenos produtores desestabilizassem os preços dos produtos fez com que a coroa portuguesa lhes abrisse guerra declarada. Impedidos de exercer essa atividade, muitos pequenos agricultores foram obrigados a se voltar para a produção de alimentos e para a subsistência (PALÁCIOS, 2002: 40-43).

Não tardou, porém, que esses pequenos empresários excluídos momentaneamente do mercado buscassem novas oportunidades de negócios. Segundo PALÁCIOS (2002), a demanda inglesa promovida pela Revolução Industrial fez com que cultivadores pobres livres encontrassem, na cultura do algodão, uma nova oportunidade para investir.

No final do século XVIII o algodão impulsionou a produção agrícola nordestina e o desenvolvimento de inúmeros pequenos empreendimentos. Para substituir a decadente agricultura da cana-de-açúcar, o governo português procurou incentivar os pequenos agricultores e os pequenos produtores escravistas a migrarem da produção de alimentos para a cultura do algodão. A resposta foi positiva e imediata, revelando o desejo de inúmeros pequenos proprietários de se converterem em pequenos empresários. Surgiram, nessa nova onda de desenvolvimento, várias cidades onde o algodão era beneficiado, prensado e embarcado (ANDRADE, 2002:106). A corrida pelo “mercado” foi tão forte que em 1785 instalou-se, “[...] nos principais centros urbanos da região – sobretudo no porto do Recife – uma intensa crise de abastecimento alimentar, que somente seria debelada na década de 1820.” (PALÁCIOS, 2002:48). Medidas de proibição do cultivo do algodão foram decretadas, obrigando os pequenos agricultores a voltarem ao cultivo da mandioca, de alimentos e à fabricação de farinha.

Tudo indica que a pequena empresa brasileira surgiu no setor agrícola. Suas origens étnicas prováveis seriam os índios brasileiros que se dedicavam à agricultura de subsistência e que teriam se convertido em pequenos fornecedores de alimentos para os centros urbanos. Entretanto, estudos históricos mais recentes (PALÁCIOS, 2002) têm demonstrado que a pequena empresa embrionária não se dedicava apenas às atividades secundárias e de suporte. A importância da pequena empresa agrícola brasileira, na verdade, era muito maior do que aparece nos textos de PRADO JR. (1945).

A pequena empresa participava diretamente da atividade econômica principal. Não se resumia às atividades secundárias e de apoio. Segundo PALÁCIOS (2002:37),

Ao amparo de uma crise sem paralelo na oferta de força de trabalho escrava para a região, os cultivadores pobres livres crescem e se expandem até ocupar, nas últimas décadas do século XVII, articulados por impulsos provenientes de Manchestre e Liverpool, a linha de frente da produção agrícola nordestina e o mais forte canal de articulação do Brasil com o mercado mundial: o algodão.

Mais que isso, a pequena empresa camponesa já nasce vinculada ao mercado mundial (PALÁCIOS, 2002).

Segundo FERLINI (2002:28), a polarização da sociedade colonial entre senhores e escravo esconde uma extensa gama de grupos intermediários.

[...] compunham o universo social do Nordeste açucareiro: mercadores, roceiros artesãos, oficiais de açúcar, lavradores de roça e mesmo desocupados. [...] Havia, portanto, uma grande diversidade de livres não-proprietários e livres pequenos-proprietários [...] eram brasileiros, de origem branca, pouco mesclados de mulatos. Mas, até o século XVIII, o papel de lavradores de cana limitou-se aos colonos brancos. [...]

Entretanto, no final do século XVIII, já podem ser encontrados lavradores negros e pardos cultivando cana-de-açúcar (FERLINI, 2002:31).

2.2 – As Pequenas Empresas Ligadas ao Mercado Interno

No Brasil colônia, os portugueses substituíram produtos que consumiam na Europa por alimentos consumidos pelos indígenas. Assim, substituíram a farinha de trigo, por exemplo, pela farinha de mandioca. Também trouxeram animais e variedades vegetais como: sorgo, inhame, cará; banana, manga, arroz³ e o coqueiro (ANDRADE, 2002). Os pequenos agricultores eram os responsáveis pelo cultivo desses gêneros voltados para o abastecimento de cidades coloniais como Recife, Salvador, Sabará, Mariana e Rio de Janeiro. Ocupavam-se também de abastecer as frotas de navios que chegavam aos portos brasileiros (PALÁCIOS, 2002:40) e que daqui saíam rumo à África, Ásia ou de regresso a Portugal. O comércio com as índias, o tráfico de escravos e a exploração de ouro no centro-sul da colônia movimentavam populações imensas, o que exigia a produção, transporte e comercialização de uma grande quantidade de alimentos, cordas, tecidos e artigos de couro e de madeira.

Existem muitas referências à atividade de pequenos empreendedores em relatos de viajantes, artistas, cientistas e aventureiros que percorreram o território brasileiro no início do século XIX. Eram abundantes e variados os alimentos e produtos manufaturados no Brasil daquela época. DEBRET (1834), RUGENDAS (1835), AGASSIZ (1869), ANTONIL (1711), SAINT-HILAIRE (1887) e D'ALINCOURT (1825) citam a produção de amendoim, batata-doce, centeio, milho, mandioca e trigo em São Paulo. Em Santa Catarina a cultura da pimenta, indigueiro, baunilha, arroz, café e copaíba. Produtos como café, chá, mandioca, cará, inhame e cola de sapateiro eram produzidos no Rio de Janeiro. O tabaco era cultivado em Minas Gerais e também na Bahia. No Maranhão e Pará, o cacau e o algodão estavam presentes. O Rio Grande do Sul produzia trigo, uva, vinho, cuia para chimarrão e a erva-mate. A banana, a cebola e a aguardente eram produzidas e comercializadas em diversas partes do território.

Devido à prática dos mineradores de concentrar o trabalho de seus escravos exclusivamente na busca por ouro e diamante, surgiu - nas Minas Gerais do Ciclo do Ouro - um grande mercado por alimentos. Da mesma forma, à medida que a economia e a população da colônia cresciam, aumentava a demanda por alimentos produzidos pelo sistema de roça e pela pecuária. Tratava-se de produtos como a mandioca, o milho, o açúcar, o trigo, o tabaco e o cacau (LAPA, 2002, LINHARES, 2002 e SANTOS, 2002).

Com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro no início do século XIX, a produção interna de alimentos se transformou em um verdadeiro “sistema de abastecimento” que ligava diversas regiões do Brasil colônia e mobilizava centenas de pequenos produtores, roceiros, sitiantes, agricultores, artesãos e “oficiais mecânicos”.

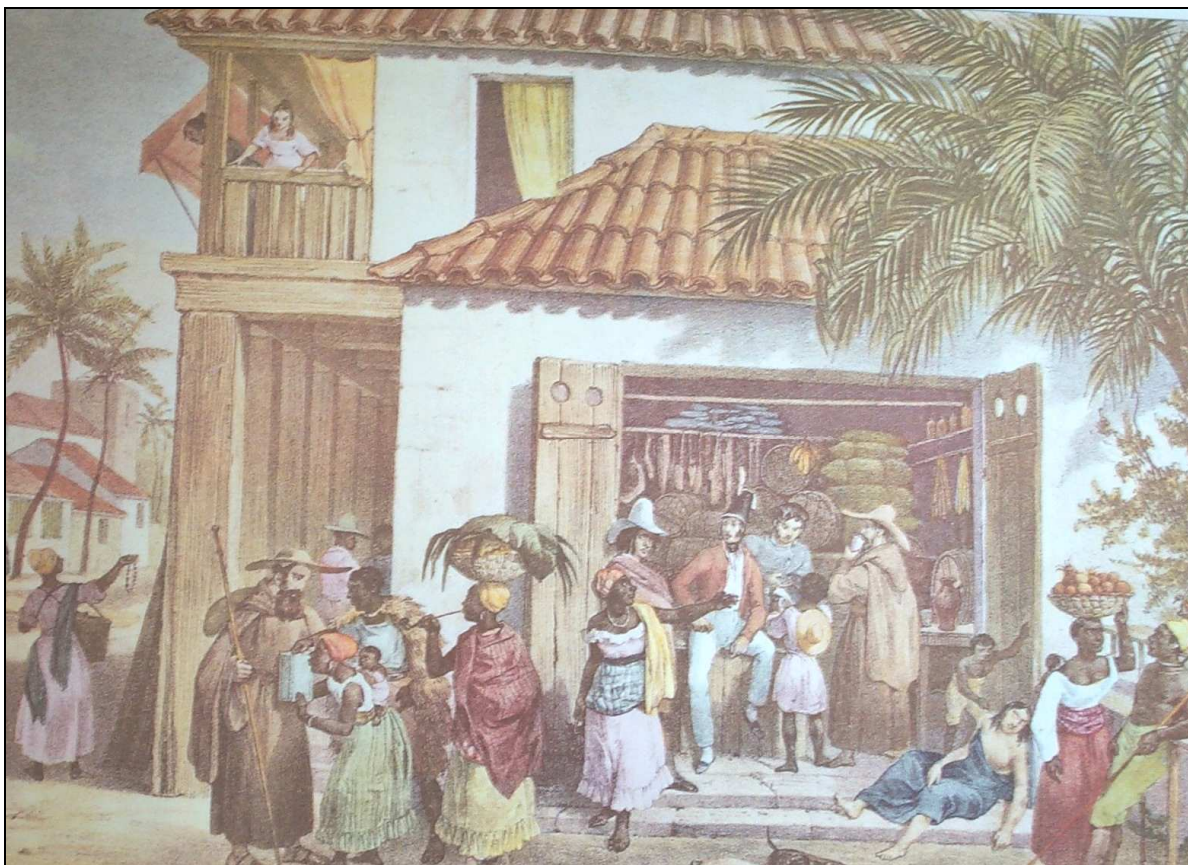
[...] desde os seus fornecedores que se distribuía por Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, de onde desciam gado em pé, porcos, galinhas, carneiros, toucinho, queijos, cereais, tecidos grosseiros de algodão [...]. Esse elenco de produtos completava-se com hortaliças, peixes, cuja rede de pequenos produtores também estava articulada com o sistema de transporte, representado sobretudo pelas tropas de muares [...] (LAPA, 2002:167-168).

No início do século XIX, uma multidão de pequenos vendedores ofertava uma gama variada de produtos locais nas cidades brasileiras, como por exemplo, ervas, capins e

³ Segundo Amaral (1958, p. 67) os indígenas brasileiros já conheciam e cultivavam algumas espécies de arroz antes da chegada de Cabral.

flores⁴. Eram comercializadas diversas frutas como abacaxi, açaí, araçá, banana, cajá, caju, goiaba, jabuticaba, jambo, laranja, lima, limão galego, mamão, manga, maracujá, melancia; pitanga, tamarindo e tomate. Também eram vendidos alimentos processados como amendoim torrado, milho assado, pastéis, pipoca, amido, fubá, polvilho e angu. Muitos produtos agrícolas manufaturados eram comercializados por pequenos comerciantes como cestos, charutos, cola de sapateiro, guaraná, tabacos, bebidas, doces, bolos e quitutes (AGASSIZ, 1869, DEBRET, 1834, D`ALINCOURT, 1825).

Figura 1 – Armazém e Pequenos vendedores



Fonte: RUGENDAS, Joran Moritz. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*.1998.

Assim, o Brasil antes mesmo de sua afirmação como nação independente, já havia sido palco do surgimento de um conjunto considerável de micro e pequenas empresas. Muitas dessas empresas atuavam nos ramos de produção agrícola, manufaturas, serviços e comércio. Para representar visualmente esses primeiros microempresários, escolhemos um quadro de Rugendas retratando um armazém do Brasil colonial. Outros três quadros de Debret descrevem atividades típicas de pequenos e médios empresários brasileiros.

⁴ As flores eram utilizadas para perfumar roupa, enfeitar cabelo e como mensagens entre namorados. Segundo DEBRET (1834:362), no Brasil do início do século XIX, os pais e maridos relutavam em alfabetizar as moças para evitar “correspondências amorosas”. “Essa precaução [...] levou as brasileiras a inventarem uma combinação engenhosa de interpretação simbólica das diferentes flores, construindo uma linguagem, de modo que uma simples flor oferecida ou mandada era a expressão de um pensamento ou de uma ordem transmitida, aos quais podiam ligar conseqüências diversas pela adição de inúmeras outras flores ou de simples folhas de certas ervas convencionadas de antemão.”

No quadro de Rugendas (Figura 01) é possível deixar-se seduzir por uma cena típica do Brasil colonial. Pode ser identificada uma loja de víveres (centro) e escravos vendedores de pequenos produtores de alimentos (ao lado da porta), e produtos manufaturados (à esquerda). Nessa obra de Joran Moritz Rugendas nota-se que a “venda” se encontra no piso térreo e a residência do proprietário no piso superior. Tal medida, útil para a segurança da loja, também oferecia a oportunidade da “sinhazinha” contemplar o movimento desse verdadeiro ponto de encontro social, no qual se constituiu o pequeno empreendimento.

Figura 2 – Pequenos produtores e tropeiros



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. (s/d).

Na figura 2, Debret retrata os pequenos produtores de alimentos que abasteciam as cidades brasileiras do século XIX. Muitos transportavam seus produtos por meio de caravanas comandadas por tropeiros que, com justiça, podem ser considerados os primeiros empresários brasileiros do ramo de transporte terrestre. Pecuáristas, criadores de muare, pequenos fabricantes de embarcações, liteiras, carros e proprietários de barcos também faziam parte dessa extensa rede de infra-estrutura de transporte e abastecimento do Brasil colonial.

A figura 3 descreve uma “venda” onde uma “negra” oferece “limões de cheiro” e polvilho com os quais os foliões se divertiam no carnaval carioca. Segundo DEBRET (1834:267), a fabricação desses produtos “ocupa toda a família do pequeno capitalista”.

Produzidos por dezenas de microempresários os “limões de cheiro” garantiam, além da descontração, uma oportunidade lucrativa para muitos pequenos fabricantes e vendedores nas festividades do carnaval.

Nota-se o cuidado do proprietário em firmar seu estabelecimento próximo à igreja e, portanto, junto ao fluxo de clientes. As grandes portas garantem um ambiente agradável na sempre quente Rio de Janeiro, além de oferecer uma “vitrine” natural para expor suas mercadorias para os transeuntes. O piso da loja em um plano superior ao da rua garante mais higiene, requinte, visibilidade e conforto.

Figura 3 - Pequeno comércio



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. (s/d).

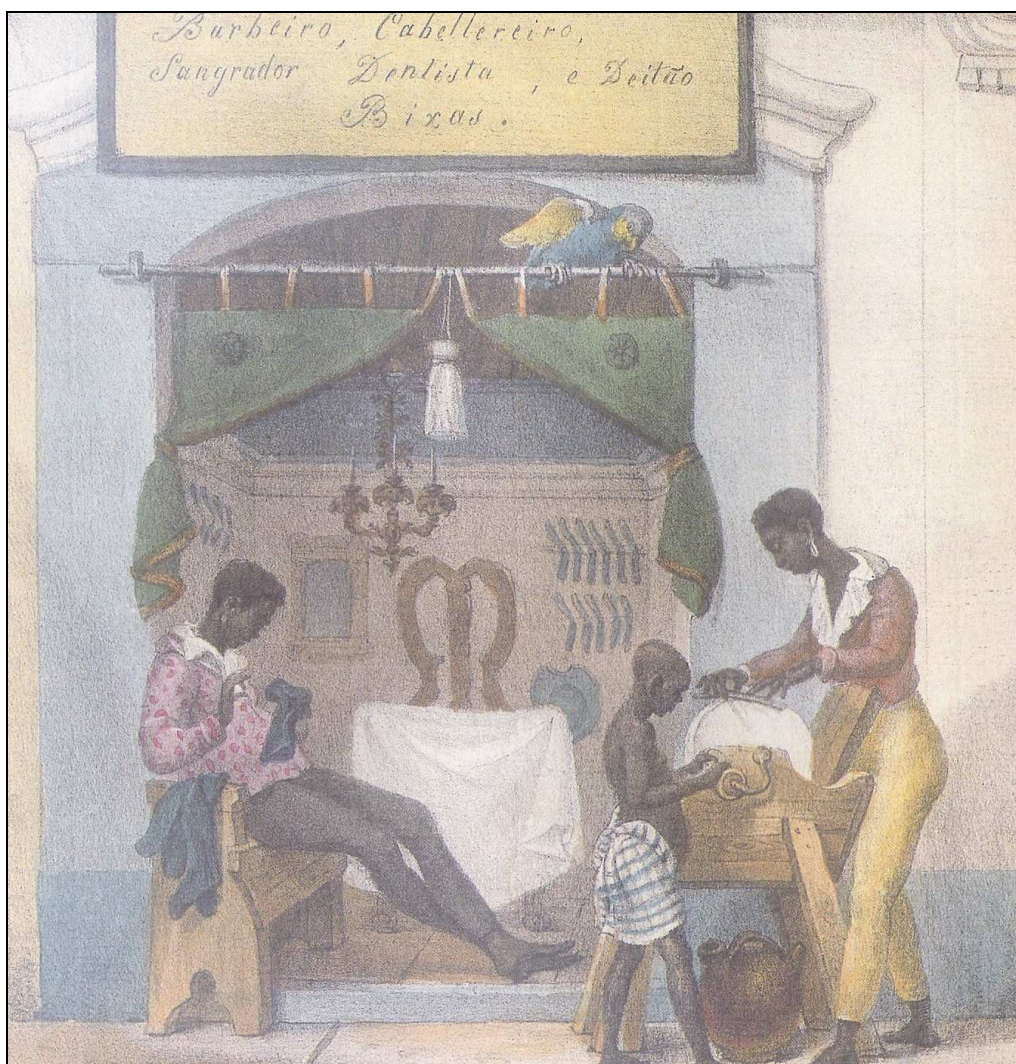
A figura 4, entretanto, é a que revela com mais detalhes o interior de um pequeno negócio no Brasil colonial. Trata-se de um pequeno proprietário dedicado ao ramo de serviços pessoais. Dois negros livres, de grande conhecimento e espírito empreendedor, atuam como barbeiro, cabeleireiro, dentista, sangrador e aplicador de sanguessugas. Prática médica muito comum na época, mas que somente profissionais habilidosos podiam executar.

Nesse quadro é possível notar os cuidados com que o pequeno empresário toca sua empresa. Divulga aos clientes com precisão e clareza suas habilidades. Com poucas

palavras consegue tornar público sua capacitação. Toma o cuidado de acrescentar uma bela cortina decorando a loja e separando os ambientes interno e externo.

No interior da loja a cadeira escolhida para seus clientes não é um móvel qualquer, mas uma peça importantíssima na composição do ambiente de trabalho. Seu estilo majestoso e estilizado transforma momentaneamente seus clientes, no simples ato de barbear, em verdadeiros monarcas. As navalhas afiadas e impecavelmente alinhadas, um candelabro decorado, a cadeira de honra do cliente no centro da loja, um espelho “à altura do freguês” e a limpeza do assoalho revelam o cuidado desse pequeno, mas hábil e perspicaz, empresário afrodescendente. Roupas elegantes e um corte de cabelo de bom aspecto completam sua bem sucedida “estratégia de *marketing*”.

Figura 4 – Pequeno empresário do setor de serviços pessoais



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. (s/d).

Trata-se, portanto, não do empresário português ou branco; muito menos do pequeno camponês de origem agrícola de que fala PRADO JR. (1945), mas de um legítimo representante africano. Este fantástico trabalho de Jean Baptiste Debret retrata mais que um empresário real. Trata-se do empreendedor heróico que ilustra de forma simbólica a luta dos pequenos empreendedores da nova nação que se formava. Brasileiro descendente de africanos que, por suas próprias forças e habilidades, conseguiu sair da condição de cativo

para a de pequeno empresário. Vencendo uma situação social extremamente desfavorável conseguiu, esse pequeno empresário brasileiro, ascender com êxito e dignidade pessoal.

Nada melhor do que um olhar estrangeiro para descrever esse pequeno empresário do início do novo Brasil:

Quem, com efeito, ousaria dizer-se mais digno da consideração pública que este oficial de barbeiro brasileiro, ante a lista pomposa de seus talentos afixada na porta da loja? Infatigável até na hora do repouso geral, vemo-lo afiar as navalhas numa mó, que outro negro faz girar, ou consertar meias de seda, ramo de indústria explorado exclusivamente nos seus momentos de lazer. (DEBRET, 1834: 189).

3 – CONCLUSÃO

As pequenas empresas surgiram com a atividade produtiva colonial. De fato, é impossível separar a história do Brasil da história da pequena empresa. Evidências, documentos e relatos apontam para o litoral do estado de São Paulo as origens da agricultura e da indústria brasileira, mais precisamente nas cidades de São Vicente e Santos. Devido ao fato da economia do açúcar ser apoiada e em parte abastecida pelas pequenas propriedades é possível apontar o litoral paulista como o local de origem da agricultura, da indústria e das pequenas empresas brasileiras.

Suas origens étnicas prováveis viriam dos primeiros colonizadores (portugueses, belgas e holandeses) e dos índios brasileiros convertidos em pequenos fornecedores de alimentos. Mas a presença de pequenos produtores afrodescendentes e mesmo de relatos de asiáticos estabelecidos no Brasil colonial não é de surpreender ninguém. O mundo arquitetado pelos lusitanos e que ligava quatro grandes continentes proporcionou um ambiente favorável para o surgimento da pequena empresa brasileira multicultural e multiétnica já no início do século XVI.

Os primeiros pequenos empresários brasileiros atuavam na agricultura, transporte, manufatura, serviços e comércio. Os pequenos produtores não ficaram vivendo à margem e dependentes da grande empresa açucareira. Muito menos se dedicavam apenas às atividades secundárias e de suporte à grande empresa colonial. Na verdade, a pequena empresa participava diretamente da atividade econômica principal o que lhe conferia uma importância econômica enorme desde seu estágio embrionário.

4 – BIBLIOGRAFIA

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph e AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil: 1865/1866**. 1ª edição de 1869. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

AMARAL, Luís. **História Geral da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª edição, 1958.

ANDRADE, Manuel Correia. **A Pecuária e a Produção de Alimentos no Período Colonial**. In: SZMNECSANYI, Tamás (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec, 2002, v. , p. 99-108.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 1ª edição de 1711. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Exploração Colonial e Capital Mercantil**. In: SZMNECSANYI, Tamás (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec, 2002, v. , p. 217-223.

D´ALINCOURT, Luís. **Memória Sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá**. Primeira edição de 1825. Brasília/DF: Edições do Senado Federal, volume 69, 2006.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Primeira edição de 1834. São Paulo: Círculo do Livro, (s/d).

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Pobres do Açúcar: estrutura produtiva e relações de poder o nordeste colonial**. In: SZMNECSANYI, Tamás (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec, 2002, v. , p. 21-34.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

LAPA, Jose Roberto do Amaral. **O Interior da Estrutura**. In: SZMNECSANYI, Tamás (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec, 2002, v. , p. 163-171.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **A Pecuária e a Produção de Alimentos na Colônia**. In: SZMNECSANYI, Tamás (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec, 2002, v. , p. 19-121.

MUNIZ Jr, J. **Abandono no Engenho dos Erasmos**. *Jornal Cidade de Santos*. 4 de julho de 1982. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0133e.htm>. Acesso em: 02 jul 2007.

NOVAES, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1815)**. São Paulo. Hucitec, 1979.

PALACIOS, Guillermo. **A Agricultura Camponesa e Plantations Escavistas no Nordeste Oriental Durante o Século XVIII**. In: SZMNECSANYI, Tamás (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec, 2002, v. , p. 35-54.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 1ª edição de 1945. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RUGENDAS, Joran Moritz. **Viagem Pitoresca Através do Brasil**. Primeira edição de 1835. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Primeira Edição de 1887. Brasília/DF: Editora do Senado. Coleção o Brasil Visto por Estrangeiros, 2002.

SANTOS, Nadja Paraense dos. Theodoro Peckolt: **The scientific work of a pioneer in phytochemistry in Brazil**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos.*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 July 2007. Pré-publicação.

SANTOS, Ronaldo Marcos. **Mercantilização, Decadência e Dominância**. In: SZMNECSANYI, Tamás (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec, 2002, v. , p. 67-75.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Pecuária, Agricultura de Alimentos e Recursos Naturais no Brasil-Colônia**. In: SZMNECSANYI, Tamás (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec, 2002, v. , p. 123-159.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil: 1500-1820**. 4ª edição, Brasília: Senado Federal, 2005.

STOLS, Eddy. **Panorama das relações belgo-brasileiras**. Brasília: Embaixada da Bélgica. 20 set. 2005. Disponível em: <http://www.belgica.org.br/panorama.htm>. Consultado em 05 mar. 2007.

STRAUMANN, Patrick. Rio de Janeiro, **Cidade Mestiça: nascimento da imagem de uma nação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.